

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.337 - SP
(2018/0314211-5)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : INTER LOCACOES S/A
ADVOGADOS : RENATA PATRICIA DE LIMA CRUZ MALINCONICO -
PE027554
NELSON WILLIAMS FRATONI RODRIGUES - PE000922A
LEANDRO HENRIQUE ROCHA FERNANDES - PE028335
EMBARGADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : BEATRIZ COELHO FARINA E OUTRO(S) - SP114503

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CABIMENTO: OCORRÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NA DECISÃO EMBARGADA. SUPOSTA OFENSA AO ART. 489 DO CPC/2015. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO PADECE DE FALTA DE MOTIVAÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 595/599) apresentados contra decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

A embargante aduz, em síntese, que a decisão não se manifestou sobre a ofensa do acórdão recorrido aos arts. 1.022 e 489, § 1º, do CPC/2015.

Requer sejam acolhidos os embargos.

Não houve apresentação de impugnação pela embargada.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A decisão embargada não se ressentiu do vício arguido.

Quanto ao ponto abordado pela embargante, o *decisum* em foco registrou o seguinte (fl. 592):

"Relativamente à alegada violação ao art. 1.022 do CPC, sem razão o

recorrente.

Como se sabe, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia.

No caso, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao consignar que:

Com efeito, cumpre repisar que tem-se dos presentes autos de agravo que a empresa agravante, INTER LOCAÇÕES LTDA, ora embargante, buscou se eximir do pagamento da verba honorária a que condenada a pagar em decorrência de sucumbência experimentada em embargos que opôs diante de execução fiscal aparelhada pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ao argumento, notadamente, que após não lograr êxito nos citados embargos de devedor, a FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO desistiu da ação executiva, tendo sido lá condenada ao pagamento de honorários advocatícios.

O v. acórdão de fls.526/530, por sua vez, denegou a pretensão da agravante, a qual, ainda não se conformando, insurge-se por meio dos presentes embargos de declaração e trazem a lume as razões supra alinhavadas.

Carece de amparo, entretanto, a irresignação externada pela empresa embargante.

Nesse sentido, tenha-se presente que, a despeito do quanto preconiza a sociedade embargante, importa considerar, *'in casu'*, que, na forma como expressamente consignado no v.aresto dardejado, a condenação da FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO ao pagamento de honorários advocatícios nos autos da ação de execução fiscal subjacente aos embargos de devedor opostos pela ora embargante fora revertida em segundo grau de jurisdição, tendo se afastado a sucumbência imposta à FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO na referida ação executiva, fato este que fulmina, sob qualquer ótica, a pretensão da empresa ora embargante de declaração."

Como se constata, a decisão embargada contém fundamentação suficiente para demonstrar que "a condenação da FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO ao pagamento de honorários advocatícios nos autos da ação de execução fiscal subjacente aos embargos de devedor opostos pela ora embargante fora revertida em segundo grau de jurisdição, tendo se afastado a sucumbência imposta à FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO na referida ação executiva, fato este que fulmina, sob qualquer ótica, a pretensão da empresa ora embargante de declaração" (fl. 592).

Não se pode confundir falta de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, motivo pelo qual não resta caracterizada ofensa ao art. 489 do CPC/2015.

Desse modo, a questão foi apreciada de modo adequado, e o mero inconformismo com a conclusão do julgado não enseja a utilização da via de embargos de declaração, que é limitada às hipóteses elencadas no art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido, o entendimento firmado sob a égide do CPC/1973, mas inteiramente aplicável ao caso em comento: EDcl no AgRg no Ag 538.371/PR, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 24.5.2004; EDcl no AgRg no REsp 550.972/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 24.5.2004.

Com efeito, a embargante objetiva apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração. Registre-se que os aclaratórios não se prestam a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

Sobre o tema, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.

1. "A contradição que dá ensejo aos embargos de declaração é a interna, ou seja, aquela que se verifica entre as premissas ou entre estas e a conclusão do julgado embargado" (EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp n. 790.903/RJ).

2. Agravo regimental desprovido.

(EDcl no AREsp 22.011/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 23/04/2015)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO.

1. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada a controvérsia.

2. O embargante, inconformado, busca com a oposição destes embargos aclaratórios ver reapreciada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese. Todavia, não é possível dar efeitos infringentes aos aclaratórios sem a demonstração de eventual vício ou teratologia. Embargos de declaração rejeitados.

3. Não prosperam os aclaratórios quanto ao pretendido prequestionamento de dispositivos constitucionais, pois não cabe ao Superior Tribunal de Justiça examinar na via especial, a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo constitucional, por ser tarefa reservada pela Constituição da República ao Supremo Tribunal Federal.

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 557.772/MG, 2ª Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 03/02/2015)

Diante do exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator